

Transcrição do episódio - Processo Judicial Eletrônico

Tais: Olá. Começa agora mais um Just Talk, o Podcast do TJES. E neste mês de junho, o Processo Judicial Eletrônico está sendo implantado nos Juizados Especiais Cíveis da Grande Vitória. Em todo o estado, mais de 100 unidades judiciárias já utilizam o sistema e ao todo cerca de 150 mil processos já foram protocolados pelo Pje. A ferramenta traz mais sustentabilidade, agilidade e modernidade. Eu sou Tais Valle e quem explica o assunto é o desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy, Supervisor dos Juizados Especiais do TJES e presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.

[vinheta]

Tais: Oi Desembargador, seja bem vindo ao nosso Podcast. Dá pra fazer em breve panorama sobre a implantação do Pje aqui no estado?

Des. Bravin: Bom dia Taís. Bom dia a todos os nossos ouvintes do Podcast do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Podemos fazer um breve panorama, com certeza. O panorama principal é que a implementação já realizada, que representa basicamente 50% de todas as distribuições em termos numéricos do Estado do Espírito Santo, vai ser ampliada. O sistema funciona com muito sucesso nos juizados especiais, nas varas no interior e na capital.

Inclusive, a implementação do PJe foi forte e com bastante eficiência no interior. Começou em Colatina, depois fizemos Cachoeiro Itapemirim e as comarcas próximas. Houve uma grande implementação na competência da Execução Fiscal e implementamos, no final do ano de 2018 e 2019 em todas

as competências de juizados do interior. Isso representou um grande avanço.

E por fim, agora implementamos o PJe em todas as unidades dos Juizados Especiais Cíveis da capital, que operavam com o Projud, e agora vão operar com um sistema mais moderno, em uma versão 2.0. Na verdade a versão é 2.0, mas já tem 2.19, 20, 21.

Então nós temos implementado o PJe com muito sucesso e a ideia é continuar. É realmente viabilizar que o processo de papel saia e fique na História do Estado do Espírito Santo. E o meio eletrônico prevaleça de forma eficaz e moderna.

Tais: Quais as maiores vantagens do processo judicial eletrônico para a justiça e para a sociedade?

Des. Bravin: A grande vantagem do processo judicial eletrônico é a celeridade e a modernidade. Você pode ver o seu processo no celular, você pode na sua residência, no seu escritório, no seu local de trabalho. No escritório do advogado.

O advogado não tem necessidade mais de ir ao fórum. A ideia é fazer com que os fóruns fiquem como centros de audiências e de serviços que efetivamente vão necessitar da presença de um agente público. Fora isso, a tramitação e a identificação do processo deve ser feita, por óbvio, apenas por meio eletrônico.

Tais: Porque que a tramitação fica mais rápida Desembargador? Quais as etapas de um processo físico que não existem no PJe?

Des. Bravim: Olha, a diferença de tramitação é muito grande. O processo físico necessita de carimbos, necessita de etapas que o processo eletrônico não tem. O juiz dá uma decisão no processo eletrônico e imediatamente, quando ele assina a decisão, o processo, de forma automática, já é encaminhado para a secretaria. já está no diário para publicação da intimação.

E o processo físico, não. O processo físico aguarda em gabinete. Alguém tem que retirar o gabinete, levar para um para um outro espaço físico que é a secretaria. Olha a quantidade de tempo, de mão de obra. Então queremos é realmente alcançar o Espírito Santo e todos aqueles que precisam da jurisdição, com economia de tempo, de tramitação do processo.

Tais: Dá pra exemplificar o tamanho dessa economia?

Des.Bravin: Sempre ficamos a imaginar que a economia do Processo Judicial eletrônico é financeira. Financeiramente não terá mais papel. Financeiramente nós não precisaremos de prédios tão grandes, tão volumosos. Isso é verdade, em parte. Por quê?

Porque os recursos são direcionados para a tecnologia. A ideia de economia do processo judicial eletrônico é viabilidade para que o jurisdicionado tenha um instrumento muito melhor do que o processo físico.

Eu economizo tempo para aquele que busca o Poder Judiciário? Sim. Então eu tenho uma economia. Eu economizo deslocamento para aquele que busca o Poder Judiciário? Sim. Então eu tenho uma economia.

A economia principal é essa efetividade. É esse produto que o Poder Judiciário entrega ao cidadão e deve entregar de forma mais rápida, de forma mais célere, de forma eficiente.

Essa é a busca que temos. Há uma esperança muito grande logo no período breve, assim que ocorre a implementação a gente já consegue identificar números muito melhores de tramitação do processo que gasta menos tempo, ou seja, nós temos uma tramitação a partir da propositura até a sentença menor e nós também um volume maior. O Poder Judiciário vai conseguir absorver mais volume de demandas com o mesmo quadro de pessoal que temos hoje, uma vez implementado em todo estado o processo judicial eletrônico.

Tais: No começo desse ano eu estive em uma vara que já trabalhava 100% com PJe e era um ambiente limpo, sem papel, organizado e servidores trabalhando com qualidade. Eu imaginei que aquilo era o futuro. Aí de repente veio a pandemia, todo mundo passou a trabalhar em Home Office. Qual que é a tendência afinal desembargador?

Des. Bravin: Taís, eu fico feliz que você foi visitar uma unidade judiciária 100% com Pje. Um ambiente limpo organizado, sem papel. Sem o ácaro que o papel deixa, a tramitação de mão em mão do volume que são os autos.

Mas nós queremos muito mais do que isso. Nós queremos um ambiente também virtual em que todos possam trabalhar no processo sem a necessidade de termos um ambiente único para aquele aquela atividade. Aí se fala em Home Office. Será o HomeOffice a grande balança para isso aí? Aquele que vai trazer o equilíbrio disso? Não sabemos ainda com exatidão.

Mas a princípio uma situação híbrida em que o ambiente estatal físico fique disponível para aqueles que trabalham no PJe e ferramentas em que o servidor, magistrado, em qualquer lugar que esteja, possa trabalhar no processo. Essa é também uma das metas.

Não basta um ambiente limpo, organizado e servidores trabalhando com qualidade. Não é só isso, é mais do que isso. É trabalhando com qualidade em qualquer lugar. A tendência é mais do que simplesmente termos locais de trabalho com eficiência. Nós teremos sistemas, teremos grupos unidades eficientes.

Tais: E para as partes e advogados vai ficar mais prático protocolarem, consultarem o processo judicial eletrônico?

Des. Bravin: Ele é para facilitar a todos. Não tenho dúvida que ele é um facilitador para os advogados, para as partes. Para os advogados, principalmente. Se eu sou um advogado e quero consultar o processo para o meu trabalho, eu vou na minha residência, no meu computador, no meu celular. Não vou me deslocar para um fórum, pegar um carro. Para as partes, a mesma coisa.

Então a diferença é muito grande. É uma diferença de paradigma. Eu comparativamente com o que tive, ou tenho sucesso durante tantos anos, vou modificar minha forma e o trato que eu tenho com o processo.

Tais: E aquelas pessoas mais idosas, que tem dificuldade com tecnologia, ou que têm ainda uma certa resistência. Como é que elas vão se adaptar a essa nova realidade?

Des. Bravin: É sempre uma pergunta em relação às pessoas mais reticentes e que necessitam da prestação jurisdicional. O Poder Judiciário não vai fechar suas portas porque chegou o processo eletrônico, pelo contrário. Ele amplia as portas, inclusive para aquelas pessoas mais necessitadas. A ideia é fazer com que aqueles que efetivamente tenham dificuldade possam se deslocar e ir.

Por exemplo, temos aqui o sistema de protocolo na capital e no interior nós temos também as unidades em que a pessoa declara e um agente do Poder Judiciário recebe a sua reclamação, que é a petição inicial. E isso não vai mudar. A tendência disso aí é permanecer durante muitos anos ainda.

Principalmente para aquelas pessoas dos Juizados Especiais, que não optaram por constituir advogado e procuram diretamente o Judiciário. Esse serviço não vai acabar, pelo contrário, tente a ficar melhor, mais rápido, com menos filas, menos espera e mais eficiente. Porque a pessoa já sai dali com a toda a sequência, todo desenvolvimento do processo com mais agilidade.

Para essas pessoas também, eu quero tranquilizar, em nome da Justiça, que as portas não estão fechadas. Pelo contrário, a manutenção em todo o Estado daquele que quer fazer no Juizado Especial uma reclamação, ter acesso sem a necessidade de conhecer o processo judicial eletrônico.

As outras competências que exigem a presença do advogado continuam da mesma forma. Tem que procurar um advogado e por meio dele, será dada entrada. E você vai se defender também, se for um caso de defesa. Continua igual, o advogado vai ter todas as condições e

estará habilitado para atuar junto ao processo judicial eletrônico.

Tais: É mais seguro um processo tramitar no meio eletrônico do que no meio físico?

Des. Bravin: O processo eletrônico é mais seguro no sentido dos autos não se perderem. Todo o sistema de informática tem vários filtros, muitas proteções, tanto que os computadores em rede do Tribunal de Justiça tem sérias limitações para que novos arquivos e novos programas sejam instalados. Existe um filtro muito grande. Existem várias ferramentas que fazem com que o processo não se perca eletronicamente. Então é um sistema bastante seguro.

Antes, o que tínhamos no processo físico era a condição de extravio dos autos. Como o processo tramitava de mão em mão, de ambiente em ambiente, de deslocamentos físicos, ele ficava muito mais vulnerável, tanto à falsificação, quanto à sua destruição e, por óbvio também, à perda desse processo. Coisa que o processo eletrônico evita.

Tais: O Pje é um caminho sem volta?

Des. Bravin: Existem muitas coisas na nossa vida em que temos que olhar para trás para saber que um dia realizamos. O processo físico provavelmente na próxima geração vai ser parte da história, né? Vai contar a existência do processo físico como hoje contamos a história da sentenças escritas à mão. Será mais ou menos isso. A questão não é caminho sem volta ou com volta. É o caminho da vida.

A globalização nos ensinou muita coisa: organização econômica, globalização cultural, fez com que novos conceitos fossem introduzidos em nossas vidas e que foram absorvidos de forma muito natural, o que me parece a situação do processo eletrônico.

Quando ele chega que você recebe o primeiro impacto. O segundo impacto, que é o manejo daquilo ali, já é uma coisa muito natural, principalmente porque hoje lidamos com plataformas e aplicativos de forma corriqueira.

Então me parece sim se o conceito é esse, é um caminho sem volta, como muitas coisas nas nossas vidas que são modernizadas, são melhoradas, são também recebidas por todos nós com bastante naturalidade. E é assim que eu vejo o PJe. Com bastante naturalidade.

Sou um grande incentivador, motivador. Trabalho para que o Poder Judiciário do estado Espírito Santo se modernize oferte uma melhor prestação jurisdicional com mais qualidade, com mais celeridade.

Tais: Muito obrigada Desembargador, pela participação, pelos esclarecimentos sobre o Pje, essa ferramenta que já é uma realidade no Espírito Santo. E vc que tá em casa, se quer mandar sua sugestão de tema, seu comentário? É só seguir a gente nas redes sociais. É @ tjesoficial. Até o próximo episódio. Tchau.